

C&R

JURISPRUDÊNCIA

Jurisprudência geral

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA – DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2021

Elaborado por Ricardo Bayão Horta

Abuso de posição dominante

Acórdão do Tribunal Geral de 10 de novembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-612/17; ECLI:EU:T:2021:763

Partes: Google e Alphabet/Comissão (Google Shopping)

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Serviços de pesquisa geral online e serviços de pesquisa especializados – Decisão por infração do artigo 102.º TFUE e artigo 54.º do Acordo EEE – Abuso de alavancagem – Concorrência pelo mérito ou prática anticoncorrencial – Condições de acesso por concorrentes a serviço prestado pela operadora dominante, sem que exista um substituto real ou potencial disponível que permita substituí-lo de forma economicamente viável no mercado – Empresa dominante favorece a apresentação dos resultados originados no seu serviço – Efeitos – Necessidade de apresentar um cenário contrafactual – Justificação objetiva – Possibilidade de impor coima tendo em conta determinadas circunstâncias – Orientações para o cálculo do montante das coimas – Jurisdição ilimitada

Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas

Acórdão do Tribunal de Justiça de 18 de novembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-306/20; ECLI:EU:C:2021:935

Partes: Visma Enterprise/Konkurences padome

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Artigo 101.º, n.ºs 1 e 3 TFUE – Acordos verticais – Restrição “por objeto” ou “por efeito” – Isenção – Registo pelo distribuidor da potencial transação com o utilizador final – Cláusula que confere ao distribuidor “prioridade para concluir o processo de venda” durante seis meses a contar do registo – Exceção – Oposição do utilizador – Competência do

Tribunal de Justiça – Situação puramente interna – Legislação nacional em conformidade com as soluções adotadas pelo direito da União

Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de novembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C819/19; ECLI:EU:C:2021:904

Partes: Stichting Cartel Compensation e o./Koninklijke Luchtvaart Maatschappij NV e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Artigos 81.º, 84.º e 85.º CE – Artigo 53.º do Acordo EEE – Acordos, decisões e práticas concertadas – Comportamentos de empresas no setor dos transportes aéreos entre o Espaço Económico Europeu (EEE) e os países terceiros que tiveram lugar na vigência dos artigos 84.º e 85.º CE – Ação de indemnização para ressarcimento dos danos – Competência dos órgãos jurisdicionais nacionais para aplicar o artigo 81.º CE e o artigo 53.º do Acordo EEE

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo C882/19; ECLI:EU:C:2021:800

Partes: Sumal S.L./Mercedes Benz Trucks España S.L.

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Reparação do prejuízo causado por uma prática proibida pelo artigo 101.º, n.º 1 TFUE – Determinação das entidades responsáveis pela reparação – Ação de indemnização intentada contra a filial de uma sociedade-mãe na sequência de uma decisão que declara apenas a participação da sociedade-mãe num cartel – Conceito de “empresa” – Conceito de “unidade económica”

Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal Geral de 10 de novembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-678/20; ECLI:EU:T:2021:780

Partes: Solar Electric e o./Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado da eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis, incluindo a energia fotovoltaica – Obrigação de compra a um preço superior ao preço do mercado imposta pela lei francesa da eletricidade – Indeferimento de uma denúncia – Artigo 12.º, n.º 1, e artigo 24.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Âmbito de aplicação

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de dezembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-565/19; ECLI:EU:T:2021:904

Partes: Oltchim/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Medidas de apoio adotadas pela Romênia a favor de uma empresa petroquímica – Não execução, acumulação e anulação de créditos públicos – Recurso de anulação – Prazo de recurso – Início – Artigo 24.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Interesse em agir – Existência de uma ou mais medidas – Recursos estatais – Imputabilidade ao Estado – Aplicabilidade do critério do credor privado – Aplicação do critério do credor privado – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 11 de novembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-933/19P; ECLI:EU:C:2021:905

Partes: Autostrada Wielkopolska/Comissão e Polónia

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Concessão de uma autoestrada com portagem – Lei que prevê uma isenção de portagens para determinados veículos – Compensação concedida pelo Estado-Membro ao concessionário a título da perda de receitas – Portagem virtual – Compensação que a Comissão Europeia considera excessiva e constitutiva de um auxílio – Decisão da Comissão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação – Direitos processuais do beneficiário do auxílio – Obrigação da Comissão de exercer uma especial vigilância – Conceito de “auxílio de Estado” – Vantagem – Melhoria da situação financeira prevista do concessionário – Critério do operador privado numa economia de mercado – Desvirtuação de elementos de prova – Falta de fundamentação – Deformação da decisão controvertida – Substituição de fundamentos – Inversão do ónus da prova – Violação do princípio do primado do direito da União – Fiscalização jurisdicional a efetuar pelo Tribunal Geral – Obrigações e limites

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de outubro de 2021, proferido no âmbito dos Processos apensos C-915/19 a C-917/19; ECLI:EU:C:2021:887

Partes: Eco Fox Srl e o. contra Fallimento Mythen Spa e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Mercado do biodiesel – Regime de auxílios que institui quotas de biodiesel isentas do pagamento do imposto especial de consumo – Alteração do regime de auxílios autorizado – Alteração dos critérios de atribuição das quotas – Obrigação de notificação prévia à Comissão Europeia – Regulamento (CE) n.º

659/1999 – Artigo 1.º, al. c) – Conceito de “novo auxílio” – Regulamento (CE) n.º 794/2004 – Artigo 4.º, n.º 1 – Conceito de “alteração de um auxílio existente”

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito dos Processos apensos C174/19 P e C175/19 P; ECLI:EU:C:2021:801

Partes: Scandlines Danmark ApS e Scandlines Deutschland GmbH/ Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Recurso de anulação – Auxílios de Estado – Financiamento público da ligação fixa rodoferroviária do estreito de Fehmarn – Auxílios individuais – Auxílios notificados e declarados compatíveis com o mercado interno – Realização de um projeto de interesse europeu comum importante – Decisão de não levantar objeções – Monopólio – Distorção da concorrência e afetação das trocas comerciais

Acórdão do Tribunal Geral 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-167/19; ECLI:EU:T:2021:645

Partes: Tempus Energy Germany e T Energy Sweden/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado polaco da eletricidade – Mecanismo de capacidade – Decisão de não levantar objeções – Regime de auxílios – Artigo 108.º, n.ºs 2 e 3 TFUE – Conceito de dúvidas – Artigo 4.º, n.ºs 3 e 4, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Dificuldades sérias – Artigo 107.º, n.º 3, al. c) TFUE – Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020 – Direitos processuais das partes interessadas – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-55/19 P; ECLI:EU:C:2021:797

Partes: Prosegur Companhia de Seguridad/ Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Regime fiscal – Disposições relativas ao imposto sobre as sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições de participações em sociedades com domicílio fiscal no estrangeiro – Conceito de “auxílio de Estado” – Requisito relativo à seletividade – Sistema de referência – Derrogação – Diferença de tratamento – Justificação da diferença de tratamento

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-54/19 P; ECLI:EU:C:2021:796

Partes: Axa Mediterranean/ Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Regime fiscal – Disposições relativas ao imposto sobre as sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições de participações em sociedades com domicílio fiscal no estrangeiro – Conceito de “auxílio de Estado” – Requisito relativo à seletividade – Sistema de referência – Derrogação – Diferença de tratamento – Justificação da diferença de tratamento

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito dos Processos apensos C-53/19 P a C-65/19 P; ECLI:EU:C:2021:795

Partes: Banco Santander e Santusa/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Regime fiscal – Disposições relativas ao imposto sobre as sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições de participações em sociedades com domicílio fiscal no estrangeiro – Conceito de “auxílio de Estado” – Requisito relativo à seletividade – Sistema de referência – Derrogação – Diferença de tratamento – Justificação da diferença de tratamento

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-52/19 P; ECLI:EU:C:2021:794

Partes: Banco Santander/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Regime fiscal – Disposições relativas ao imposto sobre as sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições de participações em sociedades com domicílio fiscal no estrangeiro – Conceito de “auxílio de Estado” – Requisito relativo à seletividade – Sistema de referência – Derrogação – Diferença de tratamento – Justificação da diferença de tratamento

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito dos Processos apensos C-51/19 P a C-64/19 P; ECLI:EU:C:2021:793

Partes: World Duty Free Group/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1, TFUE – Regime fiscal – Disposições relativas ao imposto sobre as sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições de participações em sociedades com domicílio fiscal no estrangeiro – Conceito de “auxílio de Estado” – Requisito relativo à seletividade – Sistema de referência – Derrogação – Diferença de tratamento – Justificação da diferença de tratamento

Acórdão do Tribunal de Justiça de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-50/19 P; ECLI:EU:C:2021:792

Partes: Sigma Alimentos Exterior/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1, TFUE – Regime fiscal – Disposições relativas ao imposto sobre as sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições de participações em sociedades com domicílio fiscal no estrangeiro – Conceito de “auxílio de Estado” – Requisito relativo à seletividade – Sistema de referência – Derrogação – Diferença de tratamento – Justificação da diferença de tratamento

Acórdão do Tribunal Geral de 6 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-745/18; ECLI:EU:T:2021:644

Partes: Covestro Deutschland/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Regime de auxílios aplicado pela Alemanha a favor de determinados grandes consumidores de eletricidade – Isenção das tarifas de rede para o período de 2012-2013 – Decisão que declara o regime de auxílios incompatível com o mercado interno e ilegal, e que ordena a recuperação dos auxílios pagos – Recurso de anulação – Prazo de recurso – Admissibilidade – Conceito de auxílio – Recursos estatais – Igualdade de tratamento – Confiança legítima

Concentrações

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-296/18; ECLI:EU:T:2021:724

Partes: Polskie Linie Lotnicze “LOT”/Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Transporte aéreo – Decisão que declara uma operação de concentração compatível com o mercado interno e com o Acordo EEE – Mercado relevante – Avaliação dos efeitos da operação sobre a concorrência – Compromissos – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de outubro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-240/18; ECLI:EU:T:2021:723

Partes: Polskie Linie Lotnicze “LOT”/Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Transporte aéreo – Decisão que declara uma operação de concentração compatível com o mercado interno e com o Acordo EEE – Mercado relevante – Avaliação dos efeitos da operação sobre a concorrência – Inexistência de compromisso – Dever de fundamentação